

Conflitos futuros e a organização do Exército

MARCELO OLIVEIRA LOPES **SERRANO** – Coronel da reserva (R1) do Exército

Há, de certa forma, uma ideia compartilhada por grande parte dos pesquisadores das ciências políticas, e também por militares, segundo a qual os conflitos armados na atualidade teriam assumido uma nova natureza, distinta dos tradicionalmente travados ao longo da História.

Várias teorias e conceitos novos, uns mais, outros menos convincentes, têm sido propostos a fim de tentar explicar essa pretensa nova natureza. Podem ser citados: Revolução em Assuntos Militares, Guerra de Quarta Geração, Guerra Assimétrica, Guerra Híbrida, Guerra no Meio do Povo etc.

Não é o escopo deste artigo, engajar-se no debate sobre a natureza, nova ou não, dos conflitos armados atuais, embora se posicione a respeito. Basta-lhe identificar se há pontos comuns que façam as guerras da atualidade assemelharem-se e que, portanto, apontem uma tendência.

De fato, parece haver uma tendência.

Segundo o SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), houve quinze conflitos ativos no mundo em 2010¹. Destes, quatro envolveram disputas territoriais e onze, disputas pelo governo. Ao longo da última década, os conflitos ativos envolvendo o governo superaram os motivados por questões territoriais e, de vinte e nove conflitos ao todo, somente dois se deram entre estados. Vê-se que, mesmo entre os conflitos com motivação territorial, metade deles ocorreu dentro dos estados.

A tendência se apresenta clara: os conflitos da atualidade são em sua maioria intraestatais e majoritariamente motivados por disputas pelo poder político local. Ademais, os antigos conceitos de guerra irregular e insurrecional² parecem ser suficientes para caracterizá-los.

Na realidade, não há uma nova natureza, mas simplesmente uma maior probabilidade de ocorrência de um tipo de conflito já sobejamente conhecido na História, diferenciado simplesmente pelos meios nele utilizados atualmente. A este respeito, Colin Gray afirma, sem reservas, que *“alguns teóricos confusos teriam nos levado a crer que a guerra pode mudar sua natureza. Rejeitemos imediatamente este ‘non sense’. Guerra é o*

¹ SIPRI Yearbook 2011

² Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas

emprego da violência organizada para fins políticos. Esta é a sua natureza”³. Gray salienta o equívoco de não se reconhecer a clara distinção entre transformação militar e transformação da guerra propriamente dita. Baseando-se em Clausewitz, ele atesta que “*a guerra possui uma natureza permanente e imutável, mas um caráter altamente variável*”⁴. A natureza da guerra estaria vinculada a suas expressões política e estratégica, enquanto seu caráter diria respeito às expressões operacional e tática.

A questão pertinente seria, então, não conhecer e conceituar uma possível nova natureza da guerra, mas, sim, perceber quais os fatores que a levam a assumir, na atualidade, o caráter irregular / insurrecional; ou, por outro lado, quais as circunstâncias que têm desestimulado, neutralizado ou eliminado a eclosão dos tradicionais conflitos convencionais entre estados.

Essas questões, tratadas sumariamente nestes parágrafos iniciais, compõem o pano de fundo contra o qual se destaca o ponto focal deste artigo. O que ressalta de importância, na realidade, é como essas questões influenciam o modo brasileiro de ver e analisar os conflitos modernos e, particularmente no âmbito do Exército, como a Força Terrestre os vem encarando e como deve se preparar para enfrentá-los.

No que concerne a conflitos armados, é ponto pacífico que nós, oficiais do Exército, somos influenciados principalmente, ou quase com exclusividade, por conceitos, ideias, teorias e doutrinas oriundas de fontes norte-americanas tanto civis como militares.

Indiscutivelmente, nos últimos anos, nossas escolas e centros de elaboração de doutrina têm absorvido e tentado ambientar às nossas condições um considerável volume de informações referentes a conceitos e doutrinas desenvolvidas particularmente pelo Exército norte-americano em virtude de suas experiências de guerra recentes no Iraque, no Afeganistão e contra o Terror.

Em função dessa influência atual, real e marcante do envolvimento bélico das Forças Armadas dos EUA, tem grassado entre integrantes do Exército Brasileiro a ideia de que, tendo em vista as tendências dos conflitos atuais, poderíamos nos abster de nos dotarmos de meios pesados e variados de combate, já que, nos conflitos atuais, de caráter irregular e insurrecional, eles não mais seriam indispensáveis ou necessários.

Além da leitura dos autores que advogam uma nova natureza para as guerras, essa ideia ganhou especial impulso entre nós a partir de uma interpretação incompleta da

³ Gray. Colin S. Another Bloody Century: Future Warfare. Phoenix. 2005, pag 30

⁴ Gray. Op. cit pag 24

chamada “Doutrina Rumsfeld”⁵, que traduzia as ideias do então Secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, e que, alterando os planejamentos prévios do Exército norte-americano⁶, foram colocadas em prática na fase inicial da guerra no Iraque. Da “Doutrina Rumsfeld”, que se revelou falha no desenrolar insurrecional daquela guerra, retemos e passamos a enfatizar apenas a ideia parcial de que o emprego de forças leves e aerotransportáveis, com larga utilização de forças especiais, seria a chave para o enfrentamento dos conflitos na atualidade.

Esta questão é de grande relevância para o Exército Brasileiro, pois se refere à preservação futura de sua capacidade de emprego em toda amplitude do espectro dos conflitos armados – fator fundamental para a defesa da Pátria e para o adequado respaldo militar da autonomia do Brasil na definição de seus objetivos de política externa.

Convém analisar essa questão sob dois enfoques, a fim de se verificar até que ponto forças leves e aerotransportáveis são suficientes para o eficaz enfrentamento dos conflitos futuros:

- qual é o grau de leveza e de aerotransportabilidade das principais forças que estão em operações de guerra atualmente?

- é certo que a tendência insurrecional dos conflitos atuais prevalecerá no futuro?

O primeiro enfoque é de fácil elucidação, sendo suficiente identificar a natureza das tropas que estão atuando, ou que atuaram recentemente, em operações de contrainsurgência, sendo o Iraque e o Afeganistão os melhores exemplos.

A 4ª Divisão de Infantaria do Exército dos EUA, em operações no norte do Iraque, no curso da Operação “*New Dawn*”⁷, está composta por quatro brigadas. Três destas compõem-se de um regimento de carros de combate, um batalhão de infantaria, um regimento de cavalaria mecanizado e apoios, incluindo um grupo de artilharia de campanha. A quarta brigada difere-se por, em vez do RCC, possuir mais um batalhão de infantaria. A 25ª Divisão de Infantaria, responsável pelo setor central do Iraque, compõe-se por duas brigadas de infantaria mecanizada (brigadas Stryker) e duas brigadas de infantaria, sendo uma paraquedista. Anteriormente, durante quinze meses a partir de abril de 2003, a 1ª Divisão Blindada foi o grande comando responsável pela repressão à crescente violência dos

⁵ US Defense Department. *Quadrennial Defense Review Report / 2001*.

⁶ Gordon, Michael & Trainor, Bernard. *Iraque: Um conflito Polêmico*. Bibliex, 2010, pag 65/66

⁷ *Operation New Dawn* – página na internet

insurgentes na zona central do país, onde se localiza Bagdá. Posteriormente, suas 3^a e 1^a brigadas foram novamente desdobradas no Iraque em 2005 e 2006 respectivamente⁸.

No Afeganistão, há atualmente onze brigadas do Exército norte-americano em operações. Destas, duas são mecanizadas – uma de infantaria e outra de cavalaria. As demais brigadas são de infantaria, incluindo uma paraquedista e duas de montanha⁹. Nota-se que, no Afeganistão, as tropas são realmente mais leves do que no Iraque, com certeza devido à natureza do terreno. No entanto, todas as brigadas de infantaria, sem exceção, estão dotadas de viaturas blindadas leves para prover-lhes adequada proteção, o que também é válido para a infantaria em operações no Iraque¹⁰. A tendência dessas viaturas blindadas é serem do tipo MRAP (*Mine Resistant Ambush Protected*), que, como o nome indica, fornecem proteção contra minas, além da blindagem leve normal. À semelhança da brigada francesa e do batalhão espanhol¹¹, as tropas dos demais países da OTAN em atuação no Afeganistão, muito provavelmente, também devem estar dotadas de nível similar de proteção.

Há uma nítida discrepância entre o que Exército Brasileiro considera como tropa leve e a natureza daquelas que estão realmente sendo empregadas em operações de contrainsurgência na atualidade. Por serem estas últimas dotadas de proteção blindada em virtude das necessidades reais do combate, elas não são tão leves como julgamos, embora possam, com exceção das unidades de carros de combate e de infantaria blindada, ser aerotransportadas.

Pode-se concluir, desde já, sobre o erro que cometeríamos se julgássemos que as nossas tropas leves, brigadas de infantaria motorizada, leve e paraquedista e, em que pese à especificidade de seu emprego, a de operações especiais, estariam suficientemente aptas a enfrentar com sucesso os conflitos de caráter irregular da atualidade e, simultaneamente, corresponder às expectativas da sociedade moderna, avessa a baixas desnecessárias.

Do fato de nossas tropas leves serem adequadas às operações de manutenção da paz, inscritas no capítulo VI da Carta da ONU, não se deve induzir que elas sejam capazes também de enfrentar eficazmente operações que se inscrevam sob o capítulo VII daquela Carta e que visam à imposição da paz. O próprio EB demonstra ter consciência desta constatação, tanto por ter equipado as tropas enviadas ao Haiti com blindados leves, como pelo esforço de desenvolver uma nova família de blindados sobre rodas.

⁸ *1st Armored Division*, página na internet (consultada em Set 2011)

⁹ *International Security Assistance Force/ Afghanistan* – página na internet (consultada em Set 2011)

¹⁰ Informação confirmada pelo oficial do Exército dos EUA instrutor da ECEME.

¹¹ Informação prestada pelo oficial do Exército espanhol instrutor da ECEME.

Visualizando-se a mesma questão sob outro ponto de vista, não podemos nos permitir o risco de, pressionados pela carência de recursos, nos deixarmos convencer, por argumentos enviesados, da suficiência operacional de nossas tropas leves. Nossas brigadas consideradas leves são as menos onerosas, tanto em termos de adestramento, como de equipamentos e manutenção. Por terem custo menor e, portanto, se constituírem em objetivo de mais fácil concretização para o processo de transformação do Exército, o risco seria nos rendermos ao apelo, até certo ponto conveniente, de considerar a ideia da desnecessidade de tropas mais pesadas e robustas para o combate moderno como justificativa da solução mais barata.

O que seria convenientemente atrativo do ponto de vista financeiro significaria, na realidade, sério comprometimento da eficiência operacional ou, por outro lado, limitação de cunho militar, devido à falta de meios adequados, ao leque das opções políticas disponíveis à defesa dos interesses nacionais em nível mais amplo. Essa limitação representaria considerável vulnerabilidade, já que os meios militares devem, de preferência, adaptar-se aos interesses nacionais ditados pela política e não o inverso.

O fato de os conflitos da atualidade tenderem a assumir caráter insurrecional não significa necessariamente que um eventual conflito futuro envolvendo o Brasil se inscreverá nessa categoria. Guerras como as do Iraque e do Afeganistão e, em sentido mais difuso, a guerra contra o terror, dificilmente podem ser compreendidas isoladamente da política de exercício hegemônico do poder promovida por algumas potências mundiais, especialmente pelos Estados Unidos – elas são, na realidade, reflexos desta política.

O Brasil, contrariamente, não aspira a nenhum protagonismo hegemônico, nem se alinha automaticamente a qualquer projeto neste sentido. A crescente importância brasileira no relacionamento internacional certamente se pautará pela valorização dos princípios constitucionais tradicionalmente cultivados por nossa diplomacia. Não há, pelo que nos é possível conhecer, motivações de ordem material que possam, no futuro, induzir-nos a transigir com esses princípios. Não temos ambições nem necessidades territoriais. Somos suficientemente providos de terras agricultáveis para alimentar nossa vasta população e ainda dispor de amplo excedente para exportar. Não temos necessidade de buscar, fora de nossa base territorial, matérias primas ou fontes de energia essenciais à nossa subsistência e desenvolvimento.

Podemos, então, admitir que a tendência insurrecional dos conflitos modernos, em princípio, é uma realidade que temos a opção política de manter afastada de nossos

horizontes, se nos limitarmos à política de só nos predispor-mos ao emprego de tropa sob o capítulo VI da Carta do ONU.

Entretanto, seria imprevidência e imprudência o Exército estruturar-se visando apenas a este tipo de operação, para o qual bastam as nossas tropas leves. Como já salientado, as forças militares não devem limitar as opções políticas. Em consequência, convém ao Exército equipar-se e adestrar-se adequadamente para operar sob o capítulo VII, já que não se pode descartar a possibilidade de, por razões políticas, vir a ser do interesse nacional o enfrentamento de uma insurreição no futuro.

A essa altura, pode-se indagar: tropas leves, mesmo dotadas do nível adequado de proteção blindada, aptas aos conflitos insurrecionais da atualidade, seriam suficientes para o Exército Brasileiro enfrentar as incertezas do século XXI?

Para responder esta pergunta, há que se abordar o segundo enfoque sob o qual a questão central deste artigo deve ser analisada: é certo que a tendência insurrecional dos conflitos atuais prevalecerá no futuro? Ou, reformulando a pergunta, esta tendência confirmaria a impossibilidade futura de ocorrência de guerras convencionais entre estados?

A quase inexistência de guerras¹² no período, já longo, que se seguiu à Guerra Fria reforçou a intuição, mais ou menos generalizada, de que o enorme morticínio e a vasta destruição das guerras da era industrial, o desenvolvimento das normas e de organismos do Direito Internacional, a interdependência financeira e comercial das nações, bem como o medo do efeito paroxístico do cataclismo nuclear seriam motivos suficientes para desestimular os estados a buscar a concretização de seus interesses por meios violentos.

Entretanto, intuições, à semelhança de idealismos pacifistas, não servem de orientação estratégica para os exércitos, já que, se infundadas, os levariam a fracassar como instrumento de defesa da nação.

A única maneira de confirmar esta intuição seria nos convencer-mos, mediante argumentos sólidos e racionais, de que as causas das guerras teriam sido completamente eliminadas das relações internacionais. Caso contrário, a guerra, como tradicionalmente conhecida, restará sendo sempre uma possibilidade.

Mas quais são as causas da guerra? Filósofos e estudiosos de todas as épocas têm se debruçado sobre esta questão.

“Não sabemos nada ou quase nada das causas das guerras: econômicas, sociais, ideológicas, religiosas, nacionais e, como nestes últimos tempos, tribais e étnicas. Mas

¹² Para efeito de simplificação, a partir deste ponto, guerra terá o significado de guerras interestatais.

como se pode encontrar o remédio para um mal do qual não conhecemos a causa?”¹³ Naturalmente, Bobbio refere-se às causas gerais da guerra, já que as causas específicas podem bem ser identificadas, como ele mesmo sugere. A pergunta inquietante dele já é uma indicação da dificuldade de se eliminar o mal da guerra.

Quincy Wright¹⁴ reforça a mesma linha de raciocínio ao afirmar que *“não existe uma causa simples da guerra. A paz é o equilíbrio entre diversas forças. A transformação de uma determinada força, tendência, movimento ou política pode, sob certas circunstâncias, contribuir para a guerra, mas pode também, em outras, contribuir para a manutenção da paz”*. Segundo seu raciocínio, os estados poderiam contribuir para a paz ora armando-se ora desarmando-se; em certas ocasiões, lutando por seus direitos, em outras, predispondo-se à conciliação. Mas, saber que as causas da guerra são circunstanciais apenas modifica os termos da pergunta: quais são as circunstâncias que, uma vez inexistentes, eliminariam a ocorrência das guerras?

Este mesmo autor afirma que *“no período moderno da civilização mundial as flutuações de guerra e paz tornaram-se estáveis em ciclos de aproximadamente 50 anos”*¹⁵. Os períodos de guerra estariam ligados a mudanças político-militares, socioeconômicas e culturais e se desencadeariam devido à tendência de os estados implementarem sempre com retardo os ajustes políticos e legais necessários ao acomodamento pacífico dessas mudanças.

Prosseguindo em sua análise, Wright aprofunda o relacionamento dos conflitos bélicos com aquelas mudanças. Em perspectiva histórica, ele afirma que *“quando grupos independentes, utilizando técnicas militares muito diferentes, mantêm contatos econômicos e sociais muito íntimos, tem sido comum a ocorrência de guerra contínua até que o grupo com menos eficiência técnica tenha sido exterminado ou conquistado ou que tenha adotado uma técnica mais eficiente, [...] quando grupos independentes, utilizando técnicas militares semelhantes, vieram a ter contato econômico e social mais estreito com o outro, surgiram guerras periódicas de grandes proporções, intercaladas em geral por longos períodos de paz”*¹⁶. Raramente, os esforços políticos para congregar estes grupos foram exitosos, *“já que as forças de transformação políticas, socioeconômicas e militares tendem a sobrepujar a capacidade dos processos pacíficos de efetuar o ajustamento entre os padrões subentendidos nestas mudanças e os estabelecidos pela lei vigente”*¹⁷.

¹³ Bobbio, Norberto. O Problema da Guerra e as Vias da Paz, Editora UNESP, 2002, pag 17.

¹⁴ Wright, Quincy. A Guerra. Bibliex, 1988, pag 303

¹⁵ Wright, op. cit. pag 74

¹⁶ Wright, op. cit. pag 76/77

¹⁷ Wright, op. cit. pag 77

Wright acrescenta: “a gravidade da guerra tende a ser inversamente proporcional à frequência. À medida que uma civilização avança, suas guerras tendem a se tornar [...] mais destrutivas e menos frequentes. No apogeu, pode haver um período de relativa tranquilidade. Quando uma civilização entra em decadência, ocorrem guerras mais frequentes, porém menos destrutivas, desencadeadas por grupos internos insatisfeitos ou deflagradas por grupos externos empregando técnica militar menos aprimorada [...] Intimamente associada a esta tendência da gravidade da guerra de oscilar em longas ondas durante a sobrevivência de uma civilização está a tendência dos períodos de guerra muito intensa serem seguidos de movimentos em prol da paz [...] Esta reação natural pelo pacifismo depois de guerras muito cruentas tem levado a ampliar o intervalo entre guerras deste tipo”¹⁸.

Estas ideias, elaboradas por Quincy Wright em 1942, compõem um quadro bastante adequado à situação atual e indicam que a guerra teria um caráter cíclico, vinculado à ascensão e ao declínio das civilizações.

Outro aspecto frequentemente aludido como fator de eliminação das guerras seria a expansão dos regimes democráticos no mundo, na suposição de que democracias, sendo estados aprimorados, não fariam guerras entre si, nem as provocariam. Sob este ponto de vista, as causas da guerra estariam ligadas à estrutura interna dos estados ou, mais propriamente, à organização defeituosa deles.

Mas, “a existência de uma quantidade de bons estados [...] contribui para um mundo de paz? A esta questão Kant responde sim; Rousseau diz não”¹⁹.

A resposta de Kant está ligada à sua crença de que, em vez de buscar a solução dos conflitos por meios violentos, “estados republicanos voluntariamente concordariam em submeter seus assuntos a um código de leis definido pelos próprios estados”²⁰. Mas, há de se admitir que esta perspectiva tem se revelado falha. A Liga das Nações fracassou neste aspecto, e a adesão voluntária dos países à Carta da ONU não tem, até o presente, apresentado um desempenho muito melhor.

Um partidário das ideias de Kant poderia alegar que o insucesso dos organismos internacionais em evitar as guerras seria devido à existência de estados não democráticos. Alguém com visão pragmática da realidade poderia emendar: situação que perdurará ainda por tempo indeterminado nas relações internacionais.

¹⁸ Wright, op.cit. pag 78

¹⁹ Waltz, Kenneth N. *Man, the State and War*. Columbia University Press, 2001, pag.181

²⁰ Waltz, op.cit. pag. 84

Mas, é verdade que democracias seriam avessas ao emprego da violência na busca de seus objetivos? Na Antiguidade, isto não ocorreu. O agressivo expansionismo de Atenas, berço da democracia, provocou a Guerra do Peloponeso, e a Roma republicana fundamentou sua política externa em permanente estado de guerra. Contemporaneamente, os dois maiores impérios coloniais do século XX foram conquistados e mantidos, frequentemente por meios violentos, por duas nações democráticas. A maior de todas as democracias usou de violência ou atacou sucessivamente ao longo de sua história mexicanos, japoneses²¹, espanhóis, filipinos, vietnamitas, granadinos, panamenhos e, mais recentemente, iraquianos. A resposta a essa questão é, no mínimo, incerta, com o que Waltz concorda ao afirmar que “*não é impossível que uma República, embora internamente bem governada, envolva-se numa guerra injusta*”²².

A respeito da causa da guerra, “*a resposta de Rousseau é que realmente as guerras ocorrem porque não há nada para evitá-las. Entre estados, como entre pessoas, não há automático ajustamento de interesses. Na ausência de uma autoridade suprema, há então constante possibilidade de que conflitos sejam regulados pela força*”²³.

Mesmo quando estados, ou pessoas, cooperam entre si para atingir um fim no qual todos estão interessados, para que um deposite absoluta confiança na ação dos outros, é necessário que todos os outros, sem exceção, façam o mesmo. Pode-se atingir este grau de confiança? É possível ter-se a certeza de que em nenhum momento algum deles irá se aproveitar da cooperação de todos para promover interesses próprios? Raymond Aron julga que não, ao afirmar que “*todo bem que não pode ser compartilhado [...] é um objeto de inevitáveis disputas. Quando o objeto de um conflito é um bem que se pode partilhar, é possível a conciliação, mas resta sempre a tentação de aplicar a violência. Por que devo transigir, se posso obter tudo o que desejo pela força?*”²⁴.

As raízes dos conflitos estariam menos nos caprichos dos estados, do que no sistema das relações internacionais²⁵. A natureza das relações internacionais é anárquica, no sentido de que não há instância superior aos estados com poder coercitivo para forçá-los ao cumprimento das normas do Direito. A este ambiente estariam vinculadas as causas da guerra, já que “*na anarquia não há harmonia automática. Um estado usará força para atingir seus objetivos se, após avaliar as perspectivas de sucesso, ele valorizar estes*

²¹ Abertura forçada do mercado japonês pelo Alm Perry em 1854.

²² Waltz, op. Cit. pag 181

²³ Waltz, op. cit. pag 188

²⁴ Aron, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Editora Universidade de Brasília, 2002, pag 441

²⁵ Waltz, op.cit. pag 168

objetivos mais do que valoriza as benesses da paz. Devido a cada estado ser o juiz final de sua própria causa, qualquer estado pode em qualquer momento usar a força para implementar suas políticas. Devido a qualquer estado poder, em qualquer momento, usar a força, todos os estados devem constantemente estar preparados para conter a força pela força, ou pagar o custo de sua fraqueza”²⁶.

Outro grande cientista político, Hans J. Morgenthau, confirma a mesma ideia ao questionar-se: *“o que responde pela instabilidade da paz e da ordem nas relações entre estados, e o que responde pela relativa estabilidade nos estados? Em outras palavras, qual o fator que possibilita a paz e a ordem nas sociedades nacionais e que falta no cenário internacional? A resposta parece óbvia: é o próprio estado*”²⁷.

Cabe ainda indagar se a ausência de guerras entre estados nas últimas décadas não estaria vinculada inicialmente à ação hegemônica de EUA e URSS em suas áreas de influência e dos EUA de forma isolada na atualidade. A questão é relevante, já que *“a ausência de guerras não está relacionada com a igualdade aproximada de forças que reina nas unidades políticas, impedindo qualquer uma delas, e qualquer coalisão dessas unidades políticas, de impor sua vontade; pelo contrário, está vinculada à superioridade incontestável de uma das unidades. Superioridade tal que os estados insatisfeitos desesperam de modificar o status quo*”²⁸. Mas, considerando que não há situação hegemônica que se perenize, não há garantia de que o atual estado de paz relativa não seja interrompido futuramente, devido ao fato de a hegemonia ser uma forma precária de equilíbrio num sistema no qual as unidades são ciumentas de sua autonomia²⁹.

Colin Gray, por sua vez, afirma que a crença de que as guerras estejam obsoletas, ou em obsolescência, é inconsistente e baseia-se em nada mais do que o processo superficial de projetar precipitadamente, para o futuro, as tendências da atualidade³⁰. Baseando-se no fato de que nem a história nem a guerra evoluem de forma necessariamente linear, ele afirma que *“comentaristas arvorando-se em teóricos procederam indutivamente. [...] Apesar de haver ampla concordância com a afirmação de a que guerra entre estados tem sido superada, em frequência, por conflitos internos, transnacionais e irregulares, é muito cedo ainda para escrever o obituário da primeira*”³¹. Ele argumenta com propriedade que

²⁶ Waltz, op. cit. pag 160

²⁷ Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations*. Alfred A Knopf, New York, 1985. pag 525

²⁸ R. Aron, op. cit. pag 221

²⁹ R. Aron, op. cit. pag 221

³⁰ Gray, op cit. Pag 33

³¹ Gray. Colin, op cit. Pag 170

nenhum país importante no cenário internacional reorganizou e transformou a organização regular de seus exércitos a fim de refletir o aparente fim da velha guerra entre estados e o advento das supostas novas naturezas da guerra³². Gray sustenta com convicção que *“a guerra irregular pode bem ser a forma de beligerância dominante ainda por alguns anos, mas a guerra entre estados, incluindo o conflito entre grandes potências, terá espaço assegurado no futuro”*³³.

Após discorrer sobre o que estes renomados estudiosos concluíram em suas pesquisas, não se pode afirmar, com bases sólidas e racionais, que as circunstâncias causadoras da guerra tenham sido eliminadas das relações internacionais.

Os tempos atuais são de rápidas e importantes mudanças. O declínio relativo dos EUA e o movimento de ascensão de novos polos de poder, fatos que prenunciam mais um ciclo histórico com necessidades de novos ajustamentos políticos e legais, bem como a ausência de poder coercitivo das Nações Unidas desvinculado dos interesses políticos dos países membros, são fatores potenciais de instabilidade das relações internacionais.

A argumentação de Colin Gray talvez não seja capaz de transmitir, a todos indistintamente, o seu grau de convicção. Já que a prudência recomenda moderação, não se pode afirmar que a guerra voltará a ocorrer. Mas, não se pode igualmente assegurar o contrário. Mesmo se admitindo que a tendência atual a conflitos irregulares e insurrecionais poderá persistir, a guerra continuará sendo uma possibilidade, já que suas causas não foram eliminadas.

O problema da adequação operacional dos exércitos aos conflitos armados apresenta então uma nova faceta – o balanço entre probabilidade e risco. Deve-se ponderar entre a probabilidade de ocorrência dos conflitos e o risco que eles representam para os interesses nacionais.

Os conflitos insurrecionais são mais prováveis de ocorrer na atualidade e talvez no futuro, mas os impactos negativos que eles podem causar aos interesses dos países que os reprimem são restritos. O resultado de um conflito deste tipo, qualquer que seja, tem baixa possibilidade de prejudicar seriamente os interesses essenciais do país que o reprimiu. Por outro lado, uma guerra contra outro estado, embora pouco provável, tem o potencial de afetar seriamente, ou mesmo definitivamente, a economia, a soberania e a independência do país derrotado.

³² Gray, Colin, op cit. Pag 171

³³ Gray, Colin, op cit. Pag 382

O que priorizar: o maior risco ou a probabilidade mais alta? A resposta parece evidente: o bom senso estratégico recomenda priorizar o maior risco. Até mesmo porque, preparando-se para o enfrentamento de uma guerra, um exército estará também materialmente equipado e, portanto, disporá das condições básicas para enfrentar uma insurreição, mas a recíproca não é verdadeira.

O Exército dos Estados Unidos exemplifica esta escolha. Apesar do seu profundo envolvimento em guerras insurrecionais, a modernização ou o desenvolvimento de seus meios de combate³⁴ apontam para a sua preocupação com a preparação para a guerra. Sob o mesmo diapasão, o então Secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, afirmou que *“a necessidade de blindados pesados e de poder de fogo para proteger, para cerrar sobre o inimigo e destruí-lo sempre existirá, como os veteranos de Sadr City e Fallujah³⁵ podem, sem dúvidas, atestar [...] um dos benefícios do nosso retraimento do Iraque é a oportunidade para conduzir o adestramento de nossas forças em amplo espectro – incluindo exercícios de forças blindadas em combinação de armas – que foram negligenciados em decorrência das necessidades atuais da guerra”³⁶.*

Essa visão foi consolidada nas novas Diretrizes Estratégicas de Defesa dos EUA, publicadas em janeiro de 2012, as quais apresentam como o primeiro de seus princípios fundamentais a determinação em assegurar a versatilidade das Forças Armadas dos EUA, a fim de mantê-las capazes de operar em toda a amplitude do espectro dos conflitos³⁷. *“Nós continuaremos a conduzir um complexo conjunto de missões que variam desde o contraterrorismo e da contenção de armas de destruição em massa até a posse de uma dissuasão nuclear segura, confiável e eficiente”³⁸.* Devemos, também nestes aspectos, seguir esta influência doutrinária norte-americana.

O Exército Brasileiro não deve, portanto, basear-se em prognósticos apressados e superficiais, que apontam para a suficiência operacional das tropas leves e para o desmonte do módulo de combate brigada. Não há base consistente em supostas novas naturezas da guerra, nem na crença exagerada de que a guerra entre estados tenha sido eliminada do relacionamento internacional. Deve, com visão posta nos desafios do futuro, preparar-se da melhor forma possível para estar apto à superação deles. Não há como não dotar o Exército

³⁴ *Weapon Systems 2011, US Army*, página na internet (consultada em Set 2011)

³⁵ Localidades do Iraque onde ocorreram intensos combates em 2004

³⁶ Discurso na Academia Militar de West Point em fevereiro de 2011

³⁷ US Defense Department. *Sustaining US Global Leadership: priorities for 21st Century Defense*

³⁸ Discurso do Secretário de Defesa Leon Panetta em 05 Jan 2012.

da capacidade de operar em toda a amplitude do espectro dos conflitos, porque não podemos saber de antemão em que grau de gravidade os nossos interesses essenciais poderão ser ameaçados. Somente com meios modernos e variados, incluindo os pesados, e que abranjam todos os sistemas operacionais, o Exército alcançará esta capacidade.

REFERÊNCIAS

- *1st ARMORED DIVISION.*

Disponível em: <http://www.militaryvetshop.com/History/1stArmorDivision.html>

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília, 2002

- BOBBIO, Norberto. *O Problema da Guerra e as Vias da Paz*, Editora UNESP, 2002

- GATES, Robert. *Discurso na Academia Militar de West Point*.

Disponível em: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1539>

- GRAY, Colin S. *Another Bloody Century: Future Warfare*, Phoenix, 2005.

- GORDON, Michael & TRAINOR, Bernard. *Iraque: Um conflito Polêmico*. Bibliex, 2010.

- *INTERNATIONAL SECURITY ASSISTANCE FORCES- Afghanistan.*

Disponível em: <http://www.isaf.nato.int/>

- MINISTÉRIO DA DEFESA. MD35-G-01. **Glossário das Forças Armadas**.

- MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations*. Alfred A Knopf, New York, 1985

- *OPERATION NEW DAWN*. Disponível em: <http://www.usf-iraq.com/inside-the-force/organization>

- PANETA, Leon. *Discurso sobre as Diretrizes Estratégicas de Defesa dos EUA*,

Disponível em: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1643>

- SIPRI. YearBook 2011. Disponível em: <http://www.sipri.org/yearbook/2011/02/02A>

- US DEFENSE DEPARTMENT. *Quadrennial Defense Review Report / 2001*

Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/qdr2001.pdf>

- US DEFENSE DEPARTMENT. *Sustaining US Global Leadership: Priorities for 21st Century*

Defense. Disponível em: http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf

- WALTZ, Kenneth N. *Man, the State and War*. Columbia University Press, 2001

- *WEAPON SYSTEMS 2011*. Disponível em: <http://www.bctmod.army.mil/news/pdf/USArmy2011WSH.pdf>

- WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

Citação:

SERRANO, MARCELO OLIVEIRA LOPES. *Conflitos futuros e a organização do Exército.* Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, nº 25, 1º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2012.

Resumo:

O artigo visa a demonstrar a inconveniência da ideia de que, em função de a guerra ter assumido uma suposta nova natureza, insurrecional e irregular, o Exército poderia organizar-se apenas com meios leves de combate, podendo prescindir de meios variados e pesados, aptos ao conflito convencional, que, segundo essa mesma ideia, não teriam mais reais possibilidades de ocorrer.

A questão é analisada segundo dois enfoques:

- qual é o grau de leveza das forças que enfrentaram operações de guerra recentemente?
- a tendência dos conflitos atuais confirmaria a impossibilidade futura de ocorrência de guerras convencionais entre estados?

No primeiro enfoque, constata-se que as tropas leves, empregadas em conflitos irregulares, não são, na realidade, tão leves como o que o Exército Brasileiro considera como tal, e que os meios pesados não deixaram inteiramente de ter função neste tipo de conflito. No segundo enfoque, após discorrer sobre o que renomados cientistas políticos concluíram a respeito das causas das guerras, verifica-se que estas causas não foram erradicadas do relacionamento internacional, portanto, não haveria razões objetivas e racionais para descartar a possibilidade de ocorrência delas.

Na conclusão, ressalta-se a necessidade de o Exército organizar-se para atuar em toda a amplitude do espectro dos conflitos, devido à impossibilidade de se saber, de antemão, em que grau de gravidade os nossos interesses essenciais poderão ser ameaçados futuramente.

Palavras-chaves: organização do Exército, conflitos futuros, guerra.

Autor: MARCELO OLIVEIRA LOPES **SERRANO** – Coronel da reserva (R1) do Exército

LATTES: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4283058A1>

Oficial de Cavalaria da Reserva Remunerada (R1) do Exército Brasileiro, Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1977), mestrado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1986), doutorado em Ciências Militares pela ECEME (1993) e pós-doutorado pela Collège Interarmées de Defense (1998), com experiência na em Ciência Política com ênfase em Estratégia Militar.

Contato:

Email: serrano572@hotmail.com

Endereço para correspondência: Escola de Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos, praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Urca. Rio de Janeiro - RJ. CEP: 22290-270.

Recebido para publicação em maio de 2012.

Aprovado para publicação em julho de 2012.